

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES  
CENTRO DE ESTUDOS LATINO AMERICANOS SOBRE CULTURA E COMUNICAÇÃO

# Para pensar políticas públicas de cultura

---

Desafios da municipalização e participação

**Nayara Mayumi da Silva Gundi**

**Novembro de 2015**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão de Projetos Culturais sob orientação do Prof. Dr. Danilo Oliveira.

# Para pensar políticas públicas de cultura - Desafios da municipalização e participação<sup>1</sup>

Nayara Mayumi da Silva Gundi<sup>2</sup>

## RESUMO

O presente artigo evidencia os benefícios da discussão e compreensão sobre a descentralização e emancipação de políticas públicas culturais. Sob a ótica da municipalização dos incentivos, o trabalho exibirá quais são os programas e iniciativas de apoio à difusão cultural da cidade de Londrina, município localizado no estado do Paraná. A partir da apresentação do cenário atual e das dificuldades encontradas neste contexto, será exposta a experiência que a Kinoarte, Instituto de Cinema e Vídeo de Londrina, vivencia ao longo dos trabalhos realizados.

**Palavras-chave:** Políticas culturais, políticas públicas, cidade e municipalização

## ABSTRACT

The present article makes clear what the benefits are of a discussion and comprehension about the decentralization and emancipation of public cultural policies. From the point of view of a municipalization of incentives, this work displays which are the support programs and initiatives for cultural diffusion in Londrina, a municipality in Paraná. Starting from a presentation of the present scene and problems encountered in this context, the experiences with which Kinoarte, Institute for Cinema and Video of Londrina, has to deal with during its working activities will be discussed

**Key words:** Cultural policy , public policy, city and municipalization

## RESUMEN

Este artículo destaca los beneficios de la discusión y comprensión de la descentralización y la autonomía de las políticas culturales. Desde la perspectiva de la municipalización de los incentivos, el trabajo mostrará que los programas y las iniciativas de apoyo a la difusión de la cultura en la ciudad de Londrina , ciudad ubicada en el estado de Paraná. A partir de la presentación de la situación actual y las dificultades encontradas en este contexto , la experiencia va a estar expuesto a la Kinoarte , Instituto de Cine y Video Londrina, experiencias sobre el trabajo realizado.

**Palabras clave:** La política cultural , la política pública, ciudad y municipalización

---

<sup>1</sup> Trabalho de conclusão de curso apresentado como condição para obtenção do título de Especialista em Gestão de Projetos Culturais e Eventos sob orientação de orientação do Prof. Dr. Danilo Oliveira.

<sup>2</sup> Graduada em Relações Públicas pela Universidade Estadual de Londrina – UEL (2013). Atua profissionalmente na área de Comunicação Organizacional. Email: [silvagundi@gmail.com](mailto:silvagundi@gmail.com).

## 1. Introdução

Este artigo tem como objetivo abordar as questões que implicam a elaboração de políticas públicas de cultura no âmbito municipal, tendo como tema central de abordagem a descentralização e municipalização da cultura. O estudo têm como mola propulsora as questões relativas ao financiamento, a criação e a difusão dos bens culturais em âmbito municipal. O trabalho apresentará as políticas de financiamento da cidade de Londrina, município do estado do Paraná, e que correspondem as demandas de descentralização das atividades culturais.

Os órgãos responsáveis por gerir os financiamentos à projetos culturais no âmbito municipal têm como responsabilidade elaborar e implementar políticas públicas de cultura, não deixando de lado a realidade cultural e socioeconômica dos municípios. É dever do órgão responsável estabelecer as diretrizes e as metas a serem alcançada em curto, médio e longo prazos. Nesse sentido, segundo Claudia Leitão, na obra *Cultura e municipalização*, as ações devem partir de um pacto com a sociedade civil, aquela que demanda políticas públicas (LEITÃO, 2009).

A questão em discussão é sobre a participação da sociedade, na elaboração e acompanhamento dos mecanismos de gestão das políticas culturais. Para tanto, é indispensável à reflexão sobre o grau de envolvimento e atuação do Estado da organização da cultura e até que ponto a sociedade está disposta a se envolver neste processo.

Segundo Botelho (2001), em sua obra *Dimensões da Cultura e Políticas Públicas*, embora umas das principais barreiras das políticas culturais seja o fato de nunca alcançarem, por si mesmas, a cultura em sua dimensão antropológica, esta dimensão é, portanto, eleita a mais nobre, uma vez que é identificada como a mais democrática, na qual todos podem se tornar produtores de cultura, pois essa dimensão é a expressão dos sentidos gerados interativamente pelos indivíduos, funcionando como reguladora dessas relações e como case da ordem social. Esse trabalho trará novas roupagens para a discussão e prática das políticas públicas de cultura com

foco nas atividades da Kinoarte, que é um instituto de cinema com fortes referências de trabalho na cidade de Londrina, no Paraná.

## **2. Políticas públicas de cultura e o papel do município**

O desenrolar das políticas públicas de cultura no país é constituído, em sua grande parte, em um período marcado pela falta de democracia, ou seja, durante a Ditadura Militar. Mesmo mais a frente, quando da criação do Ministério da Cultura em 1985, não houve a concretização de políticas públicas culturais durante um longo período. Até que em 2003, na gestão do Ministro da Cultura Gilberto Gil, foram acrescentados esforços para readequar as relações entre Estado e municípios nas pautas do governo, desta vez com caráter democrático e participativo, para formação de políticas públicas (CALABRE, 2007).

Essa breve contextualização das políticas públicas no Brasil, aponta que, para a elaboração de uma política pública ser realmente entendida como pública, ela necessita permitir momentos de participação da sociedade e que viabilizem o debate entre diversos atores sociais, através de ações públicas, que permitam a incorporação de propostas destes atores.

Assim, a política pública será resultado de uma elaboração compartilhada, mesmo que esteja nesse processo características de interferência diversas. A política cultural carece ser pensada como uma ação coletiva, criada e praticada com a participação constante dos indivíduos, só assim ela consegue fazer sentido. As políticas públicas de cultura podem ser definidas como ações realizadas não só pelo Estado, mas também por instituições civis, privadas e de grupos comunitários, como lembra Rubim:

As políticas públicas não podem ser identificadas como meras políticas estatais. Na perspectiva das políticas públicas, a complexa governança da sociedade contemporânea, transcende o estatal, impondo a negociação como procedimento usual para incorporar atores e diversificar procedimentos envolvidos na definição e na implantação de políticas. Por conseguinte: “somente políticas submetidas ao debate e crivo públicos podem ser consideradas substantivamente políticas públicas de cultura” (RUBIM, 2007 p.151).

Apesar das críticas em relação às políticas de culturais, nos últimos anos, pensar na cultura como fonte de desenvolvimento humano e social, tornou-se mais intenso e valorizado pelos governos e gestores, a contar pelo poder que a cultura tem de transformar sociedades e as ações no universo público. Seja no âmbito privado ou público, a cultura se revela instrumento mais adequado para o desenvolvimento humano. Na verdade, ela sempre foi chave deste desenvolvimento, mas parece agora, que aos olhos dos governos e gestores da produção cultural ela tem se revelado mais valorosa para formação do cidadão.

Neste contexto, entendemos a cultura como a produção e absorção de bens simbólicos, onde cada indivíduo interage com o outro criando uma rede de relações entre si e com o meio. Ou conforme a definição dada por Isaura Botelho:

Na dimensão antropológica, a cultura se produz através da interação social dos indivíduos, que elaboram seus modos de pensar e sentir, constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas.(...)Dito de outra forma, a cultura é tudo que o ser humano elabora e produz, simbólica e materialmente falando. (BOTELHO, 2001, p 2)

Logo, sob esse contexto, a política cultural deve ser entendida habitualmente como programa de intervenções realizadas pelo Estado, Instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas (COELHO, 1999).

Entretanto, o desenvolvimento de representações simbólicas, e essa dimensão antropológica da cultural, nem sempre é a prioridade quando se trata de políticas públicas. Sabemos que todo o processo de composição destas, principalmente em âmbito federal, é um forte aliado na minimização de financiamento e apoio para os gestores culturais que atuam nas periferias do país, ou fora dos grandes centros econômicos. Não podemos deixar de lembrar que ao longo da década de 1990 até a atualidade, a Lei Rouanet, que representa o maior mecanismo de fomento de projetos culturais no país, através de incentivo fiscal, se transformou na principal ferramenta de marketing de grandes empresas, o que torna a distribuição de recursos

públicos para cultura desigual. No período em que a lei foi aprovada, o país vivia com a ideia de estado mínimo, logo as regras e práticas dos recursos que deveriam ser públicos, passaram a ser controlados por lógicas da iniciativa privada.

Atualmente a Lei Rouanet não deixou de ser usada pela lógica do mercado, e está a espera de mudanças que podem deixar a distribuição de recursos menos desigual. Segundo Rubim, em suas pesquisas na área de políticas culturais; com o lugar agigantado ocupado pelas leis de incentivo no país a partir dos anos 80, quase substituindo as políticas de cultura e de financiamento, tal preocupação foi ainda esquecida, pois a prevalência das leis de incentivo estimulou apenas uma das faces da organização da cultura: os chamados produtores culturais, quase integralmente associados à lógica de mercado. (RUBIM, 2011)

Em contrapartida a essa realidade, devemos pensar em outras formas de emancipação para atuação no campo social e cultural do país. Diante o exposto, convém lembrar que os programas e ações criadas necessitam trazer por base conceito de cultura ampliada, buscando abranger elementos da cultura, como os níveis simbólico, econômico e cidadão. Por mais que não alcançamos de forma satisfatória o “ideal” de políticas culturais, quando falamos em financiamento e promoção da cultura, não se pode negar que existem avanços no campo da estruturação de políticas culturais em bases mais democráticas e participativas, como por exemplo, com a municipalização da cultura, através de programas que potencializam as produções culturais locais. Sobre este ponto, de acordo com Leitão:

É hora de assumirmos o nosso desenvolvimento. As ações nesse sentido devem partir de um pacto com a sociedade civil, aquela que demanda políticas públicas e, ao mesmo tempo, serem movidas por determinação, bom senso e equilíbrio no que compete ao que cabe ao estado realizar: sem clientelismo, fazendo política de estado e não de governo, enfatizando o conceito de cidadania que garante direitos e deveres face à preservação, autonomia e contínua revelação de uma cultura local sempre em constante diálogo com outras culturas. (LEITÃO, 2009 p.9)

Para entendermos as relações entre cultura e municipalização, antes necessitamos voltar à histórica vulnerabilidade da institucionalização da

cultura no Brasil e refletir, pois ela é fruto das barreiras encontradas durante o desenvolvimento da sociedade civil brasileira. Por mais que estejam nas propostas dos candidatos ao cargo de poder legislativo ou ao executivo, os discursos sobre cultura não se reverteram em ações concretas, ao longo dos seus mandatos, em projetos de lei apropriados para garantir políticas culturais voltadas à descentralização, inclusão e democratização dos bens culturais.

Em contato com a autora deste artigo, ver apêndice, p. 19, Solange Batigliana, Secretária de Cultura de Londrina, sobre políticas públicas de cultura, afirma:

A cultura é um direito novo para os cidadãos brasileiros. Muitos podem vê-la como um penduricalho, como diversão. Mas, hoje ela é muito mais que isto. A Constituição Federal de 1988, que conferiu ao Estado Brasileiro uma série de responsabilidades no atendimento das necessidades do cidadão, segue modelo relacionado ao Estado do Bem-Estar Social europeu. A Cultura, entendida como política pública, tem como objetivo valorizar, incentivar, difundir, defender e preservar as manifestações culturais, visando à realização integral da pessoa humana. Ela garante o acesso democrático aos bens culturais e o direito à sua fruição, fortalecendo os vínculos afetivos com a memória da cidade e estimulando atitudes críticas e cidadãos.

Os artistas, comunidades locais, projetos independentes, vilas culturais e demais ações devem ter assegurado que uma política cultural não deve ser uma política de partido, mas uma política de governo ou do estado, garantindo, assim sua continuidade. Os desafios para que as políticas públicas culturais tenham êxito, está na busca incessante para sua democratização, sendo os desafios da municipalização de tais políticas algo a ser desenvolvido.

### **3. Desafios da municipalização das políticas públicas de Cultura**

O município é a esfera política mais próxima dos cidadãos, e deve ser visto tanto como espaço para aplicação de determinadas políticas públicas, especialmente as de cultura, como primeiro território para o acesso aos direitos sociais. Os desafios da municipalização das políticas culturais

envolvem vários fatores, como os mecanismos que são adotados para garantir a transparência da distribuição dos recursos, sua democratização e a descentralização do financiamento público da cultura. Outro fator a ser considerado é a integração dos gestores locais de cultura, bem como os artistas, movimentos sociais, instituições privadas, ou seja, os gestores orgânicos na gestão municipal. O processo de municipalização das políticas culturais que envolvem tais desafios, valorizaria o entendimento da cultura como um condutor para o desenvolvimento econômico e social da sociedade. (ARAUJO; BORGES, 2015)

Existem diversas cidades do interior do Brasil que possuem potencial inquestionável de produção cultural, na sua dimensão antropológica, sem qualquer salvaguarda e difusão. (LISBOA, 2002). Um dos obstáculos da municipalização seria transformar este potencial dos interiores do país em realidade. É necessária a mudança da ideia de que são apenas nas grandes capitais que pode se legitimar uma gestão participativa, que caiba todos os atores culturais, aqui entendidos como artistas de rua, grupos independentes, ou gestores da própria comunidade entre outros por conta de seu potencial financeiro. Assim a valorização dos aspectos comunitários da cultura terão forma concreta independente da proporção do seu território e custos.

A municipalização não é apenas expressão de uma reforma do Estado para reduzir custos e desresponsabilizar o Estado na garantia de serviços de direito dos cidadãos. É necessária para criar uma governança pautada na participação e democratização da coisa pública e, sobretudo, pautada na produção de uma gestão territorial de proximidade, integralizando atenções ao cidadão com desenvolvimento local. (Carvalho 2006 apud em Barbosa, 2010 pg 4)

Esse processo de municipalização da gestão pública está ligado à descentralização das ações do Estado. Segundo Carvalho apud em Barbosa 2010, acima citado, a municipalização não é vista apenas como alternativa do Estado para reduzir custos, é sobretudo, fundamentada na produção de uma gestão que aproxime e integre os cidadão a difusão da cultura local.

Mas como implementar um processo de gestão pública que disponibilize de forma democrática espaços e aparatos para os gestores culturais locais? A resposta está na participação mais efetiva da sociedade no processo de decisão, cabe ao governo realizar fóruns, conferências, plebiscitos, além de criar conselhos. Essas práticas de gestão devem estar



associadas na área da cultura (CALABRE, 2012).

Foi a partir da realização da 1ª Conferência Nacional de Cultura, em 2005, com então Ministro Gilberto Gil, que o Ministério da Cultura começou o processo de criação do Sistema Nacional de Cultura – SNC, e se aproximou dessa concepção de municipalização das políticas públicas de cultura. O principal objetivo do Sistema quando criado, era o fortalecimento da estrutura institucional responsável pela administração pública do campo da cultura, também antevendo futuras ações de repasse de verbas, incluindo fundos de cultura dos diferentes níveis de governo. Os municípios que participaram da Conferência assinaram um protocolo de intenções, nele estava uma das condições para adesão da SNC, o compromisso de criar de Conselhos Municipais de Política Cultural (CALABRE, 2012).

Entre os anos de 2003, período da gestão do Ministro Gil, foram essenciais para grandes mudanças de cunho políticos culturais, tanto no âmbito federal, estadual e municipal. Para Isaura Botelho, durante a gestão Gil, o Ministério iniciou um “processo de discussão e reorganização do papel do Estado na área cultural”, com a iniciativa de melhor distribuição dos poucos recursos. A pesquisadora destaca ainda o investimento “na recuperação de um conceito abrangente de cultura”, pois avalia “como fundamental a articulação entre cultura e cidadania” e o alerta dado para “o peso da cultura em termos da economia global do país.” (BOTELHO, 2007 pg 128). Em discurso o ex-Ministro da Cultura Gilberto Gil, afirma que:

“Nossa tarefa comum é a de formular e executar políticas públicas de cultura, articuladas e democráticas, que promovam a inclusão social e o desenvolvimento econômico, e consagrem a pluralidade que nos singulariza entre as nações, e que singulariza, dentro da nação, as comunidades que a compõem. Políticas que transcendam o fato cultural, o evento, o produto, a expressão individual, e que realizem seu pleno potencial, tornando-se poderosos instrumentos de resgate da dívida social que o Brasil tem com a maioria de seu povo (...). Quando falamos de cultura, estamos empregando a palavra em sua acepção plena, conceituando-a da forma mais ampla e realista possível. Levamos em conta tanto a unidade quanto a multiplicidade cultural brasileira, em suas diversas regiões geográficas e camadas sociais. Falamos de cultura como o conjunto dinâmico de todos os atos criativos do nosso povo. Como tudo aquilo que se manifesta para além do mero valor de uso. Aquilo que, em cada objeto ou gesto que um brasileiro produz, transcende o aspecto meramente técnico. Cultura como usina de símbolos de cada comunidade e de toda a nação. Eixo construtor de nossa identidade. Espaço de realização da

cidadania. Dimensão simbólica e lúdica da existência social brasileira. Cultura como síntese do Brasil". (GIL, 2003)

Ainda sobre investimento à cultura, sabe-se que, na maioria dos municípios os orçamentos públicos são escassos e insuficientes, grande parte do investimento chega através da União. Este é argumento usado pelo poder público municipal para falta de prioridade e consideração dado à cultura. O potencial criado pela cultura como um fator de desenvolvimento social deve ser reconhecido pelos gestores municipais, e aqui incluem-se também os demais atores culturais, é de fundamental importância para uma gradativa mudança do cenário nacional. É no município que as demandas político-culturais se expressam de maneira mais concreta proporcionando o exercício efetivo da cidadania. (HOLANDA, 2010).

Segundo Borges, *Sistemas de Cultura: uma articulação de políticas culturais para o desenvolvimento territorial do Estado da Bahia?* (2012) "a cidadania cultural tem como princípio básico o direito à cultura, direito do cidadão ao acesso aos bens e às obras culturais, assim como o direito de criar, de fazer cultura e de participar das decisões políticas sobre a cultura". Ainda, de acordo com Leitão, em *Cultura e Municipalização*, o maior obstáculo que se impõe sobre a cidadania é o de as políticas públicas de cultura estenderem o conceito de cidadania. Para ela a cidadania cultural teria duas inclinações fundamentais. (LEITAO, 2009)

O atual Ministro da Cultura Juca Ferreira, escreveu um artigo para o jornal Folha de S. Paulo, no caderno Ilustríssima, e ressaltou que:

"As cidades, em última instância, refletem estruturas sociais e opções culturais de uma sociedade. As políticas urbanas no Brasil, tradicionalmente, têm secundarizado a dimensão cultural em seus modelos de desenvolvimento. Não temos como delinear outro imaginário urbano sem construir ao mesmo tempo um novo tecido de significados, de valores, de projetos coletivos em que todos os habitantes da urbes possam se reconhecer como agentes e parceiros (FERREIRA, 2016)".

De acordo com o que foi desenvolvido até este momento, podemos destacar a importância da esfera municipal para a gestão das políticas públicas de cultura. No próximo capítulo será possível verificar um caso concreto de projeto cultural desenvolvido na cidade de Londrina que se beneficia das políticas culturais municipais.

#### **4. O Município de Londrina e as Políticas Públicas de Cultura**

Segundo a Secretária de Cultura Solange Batigliana, da cidade de Londrina, as políticas públicas do município são estruturadas na representação e participação do cidadão através do Conselho Municipal de Política Cultural e Conferências de Cultura. Além de diversas organizações e coletivos que buscam refletir sobre o exercício dos direitos culturais da população. Já foram realizadas sete Conferências Municipais de Cultura. Estas conferências possibilitaram a construção de diretrizes para a realização da cultura como política pública, tais diretrizes são:

**A - Reconhecimento da importância da Política Pública de Cultura**, na qual o acesso à cultura é considerado um direito básico do cidadão e que cabe ao poder público atuar pela superação da distância entre os produtores e receptores de informação e cultura, universalizando a circulação cultural e as experiências de produção artística;

**B - Gestão compartilhada da cultura:** a política pública de cultura pensada, colocada em prática e refletida em instâncias democráticas, de caráter público e não-estatais, como a Conferência de Cultura, o Conselho Municipal de Cultura e outros fóruns que possam ser formados; bem como com a celebração de convênios e outros ajustes com entidades que possam contribuir para o desenvolvimento da política pública de cultura;

**C - A Cultura Pela Polis**, que se traduz em presença da arte na vida coletiva, na vida da cidade como espaço de urbanidade e convivência, assumindo o desafio de ofertar um processo cultural capaz de superar isolamentos, vivificando espaços urbanos, colocando em primeiro plano a qualidade de vida do cidadão e agindo para colocar a cidade a seu serviço;

**D - Manutenção do Promic** – Programa Municipal de Incentivo à Cultura como fonte de fomento aos projetos nascidos dos grupos de criação cultural da cidade e reconhecimento pelo poder público de que a sociedade é a protagonista da cultura e que o papel do poder público, além de prover recursos, é zelar para que o fomento municipal caminhe em direção ao

interesse público e às diretrizes culturais democraticamente aprovadas pela Conferência de Cultura;

**E - Efetivação das diretrizes apontadas no Plano Municipal de Cultura** como documento principal na orientação das ações governamentais para a área da Cultura.

Para a Secretária de Cultura de Londrina as pessoas normalmente identificam-se com sua cidade, pois este é o local em que elas vivem. Trabalhar para que as ações possam ser próximas delas com certeza é mais adequado. Solange considera que o volume de recursos que os Municípios dispõe para o atendimento das políticas públicas como um todo ainda não é suficiente. O pacto federativo deveria ser reanalisado para permitir que a aplicação dos recursos pudesse ser decidida de uma maneira mais próxima, mais adequada. Este seria o grande benefício que a municipalização poderia trazer para o cidadão, a autonomia, a possibilidade de realização de seus desejos e planos.

#### **5. Políticas Públicas de Cultura em Londrina: Algumas Visões do Instituto Kinoarte**

A Kinoarte, Instituto de Cinema e Vídeo de Londrina, foi criada em julho de 2003, e em 2009 foi instituída como uma associação cultural sem fins lucrativos, de utilidade pública municipal. Atua visando quatro objetivos principais: produzir, exibir, preservar e realizar projetos de formação audiovisual. Atualmente, a Kinoarte também desenvolve ações em áreas afins ao cinema como na música, fotografia e design.

Hoje a instituição funciona com a colaboração de cerca de 18 colaboradores, funcionários, que também atuam na produtora Filme dos Leste, um braço comercial da instituição focado no ramo publicitário. Como uma instituição do terceiro setor, a Kinoarte visa criar e viabilizar meios para a produção cinematográfica, que é uma arte considerada de alto custo.

Desde 2005 são idealizadores do Festival de Cinema de Londrina que, em 2015, chegou a sua 17ª edição e é tido como o festival de cinema mais antigo do Paraná. A Kinoarte realiza festivais relacionados a Cinema e Música (Festival de Música Instrumental) em três cidades: Londrina (15ª

edição), Marília (6ª edição) e Foz do Iguaçu (1ª edição). O instituto também se destaca pela produção de filmes, e realização de oficinas, publicação de livros e revistas, além de projetos paralelos como o Festival de Música Instrumental, a festa Barbada e a Funk-me, e pelo projeto de fotografia “Imaginário Cromático”, que desde 2011 é um suporte para a publicação e divulgação da produção fotográfica londrinense.

Em Janeiro de 2012 foi lançado o foto-livro “Imaginário Cromático - 1ª edição”, com quinze ensaios fotográficos – sendo dez de fotógrafos selecionados e cinco de fotógrafos convidados, conhecidos nacionalmente. O livro é a ferramenta principal do projeto, que visa divulgar e instigar a produção fotográfica londrinense autoral, além de ser um espaço para que novos fotógrafos possam divulgar seu material.

O projeto Imaginário Cromático faz parte do Circuito Imago, que busca realizar eventos relacionados à fotografia, como exposições, seminários e mostras. A ideia do circuito é criar um fluxo dinâmico de discussões, reflexões e opiniões acerca da fotografia. O projeto é patrocinado pela Lei Municipal de Incentivo a Cultura - Promic e conta com o apoio da Kinoarte, Circuito Imago, StudioImaje e Filmes do Leste. Em dez anos de trabalho, a instituição produziu 40 filmes e conquistou cerca de 60 prêmios em festivais nacionais e internacionais. Em Gramado, o festival brasileiro de cinema mais importante, foram 13 prêmios conquistados com a Trilogia do Esquecimento – série composta pelas curtas das histórias de personagens londrinenses: Satori Uso, Booker Pittman e Haruo Ohara.

A Kinoarte também produz a revista Taturana, um projeto viabilizado através do Edital Mídias Livres, do Ministério da Cultura. Um veículo especializado em cinema, fotografia, literatura e design, que procura proporcionar textos de caráter crítico do gênero cinematográfico aos leitores. Em toda a sua história, a Kinoarte movimentou cerca de R\$ 2 milhões a partir de projetos aprovados em leis municipais, estaduais e nacionais, e por patrocínios diretos de algumas empresas. Entre as empresas que realizaram parcerias com a Kinoarte estão: Petrobrás, Copel, TV Globo – Rede Paranaense de Comunicação, SBT – Grupo Massa, Plaenge, Sercomtel,

Brasil Sul, Catuaí Shopping, Shopping Royal, Governo Federal – Ministério da Cultura, Governo do Paraná, Governo de São Paulo, Sesc Araraquara, Oficinas Culturais do Estado de São Paulo, entre outras.

Um dos projetos que visa à formação de público para o cinema são as oficinas práticas realizadas pela Kinoarte. Entre 2005 e 2012, foram realizadas 14 edições das Oficinas que visam proporcionar experiências em direção, direção de atores, roteiro, direção de fotografia, cinematografia digital, documentário, e sonorização e também oficinas de crítica. A Kinoarte produziu 30 curtas em suporte digital, quatro curtas em 35mm, três curtas em super-8, e o média-metragem “Inimigo Público n.1”. Em doze anos de história, além do número de produções citadas, a instituição amadureceu como um todo, e esse fato se atribui principalmente porque as pessoas que trabalham nela se profissionalizaram tecnicamente.

A instituição expandiu seu leque de atuação principalmente pelas mudanças no cenário cultural. Hoje em dia, a demanda por conteúdo audiovisual aumentou devido o surgimento de plataformas digitais como o Youtube e Vimeo. Essas transformações também são visíveis no comportamento das pessoas em relação ao cinema, que estão muito conectadas e dependentes do universo digital, o que leva a Kinoarte a abrir seu diálogo com o público também em outras interfaces.

Durante esses anos de atuação, a Kinoarte cresceu e tomou outras proporções, conseguindo criar e firmar uma identidade institucional no cenário nacional, sendo reconhecidos em diversos festivais de cinema do país, por exemplo, o Festival de Cinema de Gramados e Festival Internacional de Curtas Metragens de São Paulo. Um dos últimos grandes projetos concretizados por eles foi a inauguração da Vila Cultural Kinoarte, que além de sede da instituição é um importante espaço para a divulgação de artesãos, dos artistas de rua, nesse espaço hoje acontece os principais encontros de artistas londrinenses e envolve diversas atividades culturais como shows, dança, teatro, festas, oficinas educativas para crianças e adultos, entre outros. Hoje a Kinoarte é um dos maiores fomentadores de ações culturais na

cidade, tanto com o espaço físico da Vila Cultural, como com os eventos e festivais realizados durante o ano.

Como vimos, existe uma série de ações do município que apoiam as manifestações populares, projetos e eventos culturais que estão sendo desenvolvidos e transformando a sociedade de alguma forma no âmbito cultural em Londrina. Estas ações partem de um ponto, de uma secretaria, órgão ou entidade que legitimam, financiam e viabilizam a execução destes projetos. A ideia de política e de coisa pública começa surgir, a partir do momento em que o município apoia projetos como os da Kinoarte.

O instituto tem uma forte ligação com a cidade e os cidadãos, sem a parceria com o Estado muitos desses projetos não seriam possíveis de realização. O processo de municipalização das questões públicas de cultura está ligado à descentralização dos papéis do Estado.

## **6. Considerações finais**

Mediante o conteúdo exposto, para realizar as mudanças que a municipalização das políticas públicas exigem na área da cultura é necessário definir e delimitar antes, a abordagem sobre o termo cultura, respeitando a sua dimensão antropológica, e sobre políticas públicas. E a partir desta definição propor uma política pautada em cima desses conceitos, sempre observadas às necessidades da população. As políticas públicas de cultura devem ser estabelecidas priorizando a participação e a colaboração do cidadão através de debates, conferências públicas, seminários, entre outros. Só assim então conseguiremos uma melhoria profunda em tais políticas.

As atribuições oferecidas por trabalhos que tratam desse tema, seminários, conselhos municipais de cultura, conferências, por exemplo, são fundamentais para abrir portas para discussões. São espaços como estes que representantes governamentais, gestores culturais e população podem debater e deliberar acerca das políticas de cultura no seu município. Os debates devem atender demandas, e orientar o que necessita ser essas políticas.

Portanto, para definir cada questão relativa ao desenvolvimento cultural local, seria indispensável levantar questões importantes no contexto cultural de cada município, como as novas tendências, novas tecnologias e expressões e representações simbólicas que estão sendo desenvolvidas, sempre incluindo as partes interessadas nos debates públicos, além de não deixar o campo cultural como espaço para investigações volúveis e levantamentos efêmeros, mas ao contrário, dispor de vontade política para realizações e mudanças.

Para que o processo de municipalização aconteça é preciso haver concordância entre a gestão pública, que são importantes agentes de mudança, com os agentes culturais locais. É preciso debater, analisar e avaliar pontos de desdobramentos sobre os desafios da municipalização das políticas públicas de cultura. Enfim, é preciso vontade, eficácia e muita disposição para concretização destas ações. Deve ser um trabalho realizado por pessoas que possuam habilidade técnica e experiência, de maneira que possam buscar soluções que estejam em consonância com os objetivos propostos pela municipalização.

Necessitamos formar um novo entendimento em relação ao município, cultura e democracia. Com engajamento e participação da gestão pública, dos atores culturais e cidadãos é possível planejar e usufruir do espaço urbano estimulando a cidadania propositiva, repleto de um sentimento de pertencimento, fruto de outra relação com a cidade.



## Bibliografia

ALVES, Rubem. Conversas sobre política. Campinas, SP: Verus, 2010.

BORGES, Sérgio Silva. Sistemas de Cultura: uma articulação de políticas culturais para o desenvolvimento territorial do Estado da Bahia?. Documento apresentado no I Seminário Internacional Estado, Território e Desenvolvimento: Contradições, Desafios e Perspectivas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

BORGES, Sérgio Silva; ARAUJO, Henrique Neves de Araújo. Municipalização, política pública e gestão municipal: uma análise do processo de municipalização da cultura no estado da Bahia. Cuadernos de Geografia - Revista Colombiana de Geografia, vol. 24, núm. 1, 2015, pp. 135-156.

BOTELHO, Isaura. Dimensões da Cultura e Políticas Públicas. São Paulo, SP. Revista São Paulo em perspectiva, 2001.

\_\_\_\_\_. As Dimensões da Cultura e o Lugar das Políticas Públicas. Disponível em: <http://www.marista.edu.br>. Acesso em 10/08/2015

CALABRE, Lia. Políticas Culturais no Brasil: balanços e perspectivas. In Políticas Culturais no Brasil. Org: Antonio Albino Canelas Rubim e Alexandre Barbalho. Coleção Cult, 2007.

\_\_\_\_\_. Políticas culturais: diálogo indispensável. Colóquio 2003. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2005.

\_\_\_\_\_. A cultura no âmbito federal: leis, programas e municipalização. Disponível em <http://www.casaruibarbosa.gov.br/> . Acesso: 12 de setembro de 2015.

COELHO, Teixeira. Dicionário Crítico de Política Cultural. São Paulo: Iluminuras, 1999. 384 p.

CUNHA, Maria Helena. Gestão Cultural. Desafios de um novo campo profissional. In:Revista.

GIL, Gilberto. "Discursos do Ministro no Encontro dos Secretários de Cultura". [www.cultura.gov.br](http://www.cultura.gov.br). Acesso em 4/11/2015.

HOLANDA, Aline Gomes. Democracia Cultural e Municipalização da Cultura: o caso do Conselho Municipal de Cultura de Aracati. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza.

JUCA, Ferreira. Melhorando as cidades. A reversão de aquíncos históricos. <http://www.cultura.gov.br/artigos>. Acesso em 11/01/2016.

LEITÃO, Cláudia. Cultura e Municipalização. Salvador: Secretaria de Cultura, Fundação Pedro Calmon, 2009.

LISBOA, Simone. A Municipalização da Cultura. [www.culturaemercado.com.br](http://www.culturaemercado.com.br). Acesso em 11/01/2016.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. Cultura e Políticas Culturais. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2011. 121p.

\_\_\_\_\_. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições. Revista Galáxia, São Paulo, n. 13, p. 101-113, 2007.

\_\_\_\_\_. Políticas Culturais no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2007.

## Apêndice

**Contato: Solange Batiglina**

**Data: 02/10/2015**

**Local: Londrina**

**Suporte: e-mail**

Graduada em Direito (2008) e em História pela Universidade Estadual de Londrina (1993). Especialista em Direito Público (Direito Administrativo), Administração Pública e Direito Aplicado. Atua como gestora cultural no Município de Londrina desde 1998. Foi responsável pela implantação executiva do Programa Municipal de Incentivo à Cultura (PROMIC). Desde 1999, tem atuado na gestão, seleção e formatação de projetos culturais para os diferentes mecanismos de incentivo à cultura. Sua produção de pesquisa tem foco no Direito Administrativo/Administração Pública.

1.- De que forma as políticas culturais poderiam contribuir para construção de um desenvolvimento com envolvimento de uma cidade?

A cultura é um direito novo para os cidadãos brasileiros. Muitos podem vê-la como um penduricalho, como diversão. Mas, hoje ela é muito mais que isto. A Constituição Federal de 1988, que conferiu ao Estado Brasileiro uma série de responsabilidades no atendimento das necessidades do cidadão, segue modelo relacionado ao Estado do Bem-Estar Social europeu.

A Cultura, entendida como política pública, tem como objetivo valorizar, incentivar, difundir, defender e preservar as manifestações culturais, visando à realização integral da pessoa humana. Ela garante o acesso democrático aos bens culturais e o direito à sua fruição, fortalecendo os vínculos afetivos com a memória da cidade e estimulando atitudes críticas e cidadãs.